

Produção do Medo e da Insegurança

Cecília Maria B. Coimbra**

Resumo:

Pensar a produção sócio-política de alguns comportamentos e sentimentos, em especial o medo e a insegurança, considerados hoje como naturais naqueles que vivem nos grandes centros urbanos brasileiros.

Acompanhar um pouco esta cartografia a partir do século XIX na Europa, quando vão sendo produzidos e fortalecidos um determinado tipo de sociedade e de homem. A seguir, pensar a América Latina dos anos 60/70, os tipos de medo e insegurança então forjados e como uma “certa” psicologia, hegemônica à época, aborda tais questões.

Por último, assinalar como hoje, na sociedade brasileira, estão sendo produzidos tais sentimentos, rapidamente articulando-os com aos meios de comunicação de massa. Finalmente, pensar alguns caminhos que se abrem para a superação e desnaturalização de tais questões.

Palavras-Chave: produção de subjetividades, história genealógica, práticas sociais, controle social, exclusão e marginalidade sociais.

Abstract:

This work is a reflection about the social and historical production of some behaviors and feelings, specially the fear and the insecurity, seen today as natural to those people that live at Brazilian great urban centers.

A little accompaniment of this cartography, beginning in the nineteenth century, at Europe, when a certain kind of man and society is produced and strengthened. Then, a reflection about Latin America at the sixties and seventies, the kinds of fear and insecurity produced then, and how a “certain” kind of psychology, hegemonic at that time, deal with such questions.

At last, the work signes the way these feelings are produced at the Brazilian society today, briefly thinking about its links with the mass media. Finally, think about some opening paths to the denaturalization and the surpassing of such questions.

Key words: production of subjectivities; genealogical history; social practices; social control; social exclusion.

I-INTRODUÇÃO

Debater o medo e a insegurança hoje presentes em quase todos os centros urbanos é pensar como tais sentimentos têm sido produzidos. Não os entendo, portanto, como fazendo parte da natureza do ser humano, da sua essência. Como quaisquer outros sentimentos, eles têm uma história, pois são forjadas em determinadas épocas, ou de determinadas formas e maneiras. O que hoje está posto no mundo, inclusive os nossos sentimentos que julgamos ser exclusivamente aspectos da nossa natureza, têm um caráter histórico e, portanto, mutável.

Este trabalho tenta levantar inicialmente esta questão: como o medo e a insegurança ao serem caracterizados como produções históricas, por isto mesmo, podem ser transformáveis e passíveis de modificações. A partir daí, num primeiro momento, apresentarei um pouco desta história: como no século XIX na Europa vai sendo forjado um determinado tipo de homem, de natureza humana. A seguir farei um corte e sintonizarei a América Latina dos anos 60/70, das ditaduras militares: que tipos de medo e insegurança foram produzidos e como a psicologia à época tratou-os, em especial no Brasil, de certa forma, corroborando/fortalecendo muitos aspectos que interessavam ao regime de exceção vigente naquele momento em nosso país.

Posteriormente, abordarei estes sentimentos hoje e para isto não posso deixar de fazer uma rápida menção ao poder exercido pelos meios de comunicação de massa numa sociedade globalizada como a nossa. Ou seja, de que forma nos grandes centros urbanos brasileiros vêm sendo fabricados massivamente o medo e a insegurança e quais os efeitos de tão competente produção sobre todos nós.

Para finalizar, apontarei algumas reflexões e caminhos que hoje poderiam ser pensados com relação a esta questão.

II- NOSSOS SENTIMENTOS TÊM HISTÓRIA

Quando afirmei que o medo, a insegurança e quaisquer outros sentimentos não podem ser caracterizados como fazendo parte de nossa natureza, quero apontar para o seu caráter de produção histórica.

Entendo que não só os sentimentos, mas todos os objetos que se encontram no mundo não existem em si, não têm uma essência, pois são forjados cotidianamente pelas práticas dos homens. Tais práticas são datadas historicamente e têm a capacidade de objetivar as coisas que estão no mundo¹. Assim, diferentes práticas vão engendrando neste mundo objetos sempre diversos, diferentes “rostos”, diferentes “fisionomias”; daí, não existir “medo e insegurança através dos tempos” ou “amor através dos tempos”. O historiador P. Veyne nos mostra que, em determinado momento histórico, o conjunto de práticas produz “um rosto singular” como, por exemplo, um determinado tipo de amor. Entretanto, em outra época histórica “um outro rosto particular muito diferente se formará” forjado por outras práticas; ou seja, um outro tipo de amor emergirá. Por isto, este historiador afirma que “não há através dos tempos, evolução ou modificação de um mesmo objeto que brotasse sempre de um mesmo lugar”. Assim, o medo, a insegurança e outros sentimentos, por exemplo, aparecem em determinadas épocas forjados por certas práticas e, em outros momentos, por outras práticas, mostrando “fisionomias” diferentes.

Portanto, são nossas práticas que determinam as coisas que estão no mundo e que não podem, assim, ser consideradas naturais e já dadas. Isto nos leva a negar a história como evolução, o que nos remeteria à busca de uma origem ou finalidade, a uma causa primeira dessas

coisas. O mesmo P. Veyne, vai nos falar que “procurar uma tal origem” é como se quiséssemos “tirar todas as máscaras para desvelar, enfim, uma identidade primeira”, o que não é possível.

Minha proposta é apresentar aqui, mesmo que superficialmente - e segundo a orientação apontada acima - com que “rostos”, em especial, o medo e a insegurança emergem no século XIX na Europa e na América Latina dos anos 60/70 e 90.

III-O Homem “Moderno” Produzido no Século XIX e seu fortalecimento no Brasil dos anos 70.*

Segundo alguns historiadores² já no fim da Idade Média, em cima de uma série de transformações históricas, verificam-se também mudanças nos sentimentos e comportamentos em geral.

“Os hábitos mais rudes, os costumes mais soltos e desinibidos da sociedade medieval, com sua classe guerreira superior e o corolário de uma vida incerta e constantemente ameaçada, são “suavizados”, “polidos” e “civilizados”... (impõe-se) uma tutela dos afetos, uma autodisciplina e um autocontrole”³.

Ou seja, naquele momento, os hábitos, comportamentos e sentimentos passam, diferentemente de como eram anteriormente, a ser mais “suaves”, “polidos” e “civilizados”. Esta regulação e contenção dos sentimentos, obviamente, têm a ver com a emergência de novas práticas, que produzem demandas diferentes das anteriores. Ou seja, naquela época, com o advento de uma sociedade absolutista (início do capitalismo) cria-se a necessidade de regular os sentimentos, pois é necessário um aumento do controle social devido à maior dependência da nobreza face ao rei e a uma intensa vida pública nas cortes, dentre outros aspectos.

Portanto, segundo N. Elias, já no final da Idade Média, as chamadas “emoções espontâneas” tornam-se mais moderadas, os sentimentos são mais controlados; enfim, as pulsões e os afetos são constantemente contidos e regulados, pois estas formas de sentir, de se comportar e viver são úteis e necessárias àquele momento histórico.

Dando um salto, vamos para o século XIX com a implantação definitiva do capitalismo na Europa. Naquele momento vai ser produzido este homem que hoje conhecemos: um ser voltado para dentro de si, onde o que predomina é a sua vida “interior”, os seus sentimentos, a sua “autenticidade”; enfim, o seu “íntimo”. Este homem “intimidado”,⁴ que se preocupa somente com a história de sua própria vida e com suas emoções “particulares”, volta-se para o “refúgio” que é a família, o lar, desqualificando e atribuindo grandes perigos aos espaços públicos. A intimidade do privado é que lhe dará garantias de bem viver; no público, nas ruas moram o mal, a desordem, as doenças.

O século XIX, na Europa, caracteriza-se por fortes movimentos de massa nas ruas e, justamente, as práticas/discursos das elites dominantes produzem a imagem da massa e da rua como sinônimos de perigo. Regina B. D. Barros a isto se refere, quando afirma que:

“O fato das massas serem vistas/pensadas naquele momento como algo “irresponsável, incontrolável, irracional”, mostra seu caráter desestabilizador, irruptor. A produção dos discursos da época se encarrega de colocá-las num lugar maldito, a ser expurgado da sociedade, em benefício do “bem estar de cada um e de sua família”. Ao “perigo das massas” será contraposto a “tranquilidade da família” e o “bem estar individual”, reafirmando que na “sociedade igualitária” de então, cada um deve cuidar de seu pedaço que seu justo prêmio estará assegurado”.⁵

Os sentimentos são percebidos como padrões de verdade, e o medo e a insegurança advêm de ameaças “externas”, presentes nas ruas e nos espaços públicos que precisam ser evitados; deve-se voltar para dentro dos lares, locais seguros e protegidos.

Antes, na Antiguidade e na Idade Média, o que ocorria era o contrário: as ruas, as praças, os locais públicos eram os pontos de encontro da população através das feiras, dos atos políticos e artísticos e mesmo das execuções de criminosos⁶. A partir do século XIX passam a ser os locais dos perigos, das rebeliões, das doenças e, por isto, devem ser evitados e, efetivamente, são esvaziados.

Richard Sennett afirma que esses sinais gritantes de uma vida pessoal desmedida e extremamente valorizada e de uma vida pública esvaziada e desqualificada são resultantes de diferentes práticas que aparecem com a queda do Antigo Regime (sociedade absolutista) e se fortalecem com a formação de uma nova cultura urbana, secular e capitalista.⁷

Este homem “intimidado”, inseguro e com medo das massas, dos espaços públicos emerge na América Latina durante o período das ditaduras militares (anos 60 e 70) com um outro “rosto”, uma outra “fisionomia”. Naquele período, qualquer manifestação coletiva é percebida como perigosa e as ruas como o lugar da ameaça e do perigo, não mais abstratamente como no século anterior, mas em cima da produção de um inimigo concreto: o comunismo. Aos que resistem àquele estado de exceção e aos modelos então vigentes serão impostos rótulos, estigmas, pois os “comunistas” são percebidos como seres “diferentes”: pensam diferente e comportam-se diferentemente. É como afirma ainda R. Sennett:

“Forasteiros, desconhecidos, dessemelhantes, tornavam-se criaturas a serem evitadas (...). A fraternidade se tornou empatia para um grupo selecionado de pessoas, aliada à rejeição daqueles que não estão dentro do círculo local (...). Pois este processo de fraternidade por exclusão dos “intrusos”, nunca acaba (...). É uma versão da fraternidade que leva ao fratricídio”.⁸

Este fratricídio, no continente latino-americano dos anos 60/70, é cometido contra todos os “diferentes” que passam a ser considerados como “inimigos da pátria”; todos que questionam, que não aceitam as normas do bem viver junto à tranquilidade de suas famílias e que se expõem à contaminação presente nos espaços públicos. São os chamados “subversivos” e “drogados”: duas categorias de acusação muito disseminadas e ligadas à juventude daquela época, em especial no Brasil⁹.

A Doutrina de Segurança Nacional que, desde os anos 60, instala-se no nosso continente estabelece que, para a “segurança do regime”, não se pode tolerar “antagonismos internos”. Toda e qualquer oposição que pudesse abalar esta “segurança” do Estado deveria ser punida, combatida e mesmo exterminada. Tal doutrina prevalece sobre todas as leis, até sobre a Constituição, alcançando os diferentes campos da vida social, política, econômica, trabalhista, criminal, educacional, etc. Daí, os “diferentes” serão percebidos como “inimigos da pátria” e deverão, por isto, ser evitados, calados, exterminados.

Se os contatos com os “seres diferentes” são perigosos e ameaçadores, torna-se importante que se tente não só evitá-los mas, principalmente, preveni-los. Daí, fortaleceu-se

naquele período a chamada “crise da família moderna”: se seus filhos estão se tornando “desviantes” algo neles e em suas famílias está errado. Produz-se incessantemente a crença de que as famílias “desestruturadas” são as responsáveis por estes jovens “diferentes” e questionadores do sistema¹⁰. É como afirma G. Velho:

“A ameaça é vivida como vinda de deficiências psicológicas e morais dos filhos. Isto não significa que não existam acusações contra o “mundo exterior”. Este é vivido como permanentemente perigoso e poluidor, mas cabe aos indivíduos que compõem a família a responsabilidade de enfrentá-lo, defender-se e evitar tais perigos”.¹¹

As famílias passam a aceitar tais discursos/práticas acreditando plenamente que algo está errado com elas e seus filhos. O modelo imposto naquela época – estávamos, no Brasil, na era do “milagre econômico” - é o da família que compra, investe, viaja e ascende socialmente. Este processo se dá em um momento histórico de ditadura, onde se reforça o modelo individualizante de família e de homem. Estes, devem voltar-se para si e negar qualquer participação mais coletiva, devendo, portanto evitar os espaços públicos onde se encontram os “seres diferentes”. A importância da privacidade é apregoada e o que acontece “fora” não deve merecer nossa atenção. Um profundo medo e insegurança são produzidos, pois em qualquer “ser diferente” pode estar um “inimigo da Pátria”. O privado, o familiar torna-se o refúgio contra os perigos que estão no mundo.

Passa a haver, portanto, um interesse cada vez maior pelos problemas da personalidade e a procura de uma autenticidade que exige a todo custo que o sujeito seja “transparente”, “autêntico”. O que predomina é o “reino do eu”, e este “intimismo” está, fundamentalmente, ligado a uma cultura psicológica onde tudo é reduzido ao psiquismo e ao individual.

Essa “psicologização” e “individualização” revela como o mundo passa a ser interpretado: predomina o ponto de vista psicológico-existencial, e as relações de poder, dominação e exploração são escamoteadas e mesmo negadas.

Portanto, para essas famílias em “crise”, “desestruturadas” e seus filhos “diferentes” e “desviantes” tem-se que ter especialistas. É necessário ajustá-los e a psicologia e a psicanálise que, naquele momento, muito se desenvolvem em nosso país são, em muito, utilizadas para tal fim. O medo e a insegurança produzidos pelas práticas ditatoriais e fortalecidas pelas dos profissionais “psi”, dentre outros, passam a ser percebidos como sentimentos inerentes ao ser humano, como fazendo parte de sua natureza.

Assim, com esta “tirania da intimidade” qualquer angústia do cotidiano, qualquer mal estar existencial são remetidos para o território da “falta”, da “carência, onde os especialistas “psi” estarão vigilantes. As práticas/discursos desses e de outros especialistas - produzidos e percebidos como científicos e, portanto, neutros - tiveram, e continuam tendo, um grande poder: fizeram com que, efetivamente, se acreditasse que para os “diferentes” é necessário um tratamento e se persistem em negar esses modelos hegemônicos de família, de homem e de sociedade deveriam ser retirados do convívio social e, se necessário, eliminados. Justifica-se, assim, cientificamente, as atrocidades cometidas durante a ditadura militar contra os opositores políticos.

IV-Os novos “inimigos do regime” nos anos 90***

Que outros “rostos”, que outras “fisionomias”, o medo e a insegurança passam a adquirir nos dias de hoje?

Se já não vivemos em nosso país o terror que perseguia e matava os opositores políticos, vigora hoje um outro regime: também de perseguição, de silenciamento, ainda produzindo outros “seres diferentes”.

Vem sendo forjado um outro “rosto” da Doutrina de Segurança Nacional, não mais relativo à figura do “comunismo”, dos opositores políticos, dos chamados “subversivos”, mas voltado para as parcelas mais miseráveis de nossa população. Hoje, dentro da nova ordem mundial, dos projetos neo-liberais vigentes em escala planetária, os novos “inimigos internos do regime” - e tratados como tal - são os segmentos mais pauperizados: aqueles que os “mantenedores da ordem” consideram “suspeitos”, “perigosos” e que devem, portanto, não somente ser evitados, mas eliminados.

Cada vez mais, nesses anos 90, o medo e a insegurança são produzidos e ligados diretamente a certos espaços públicos e aos miseráveis. Sob novas fisionomias e utilizando algumas das estratégias dos anos 60/70, as políticas de segurança pública¹² hoje na América Latina, fortalecem processos onde “juizes” e “autores” são pessoas necessárias à “limpeza” do corpo social “enfermo”; é o que ocorre com os grupos de extermínio. Para esses “enfermos” - percebidos como perigosos e ameaçadores - são forjadas identidades (como se todos os pobres fossem iguais), onde suas formas de sentir, viver e agir são tornadas homogêneas, percebidas como inferiores e por isto, desqualificadas. São, por exemplo, crianças e adolescentes já na marginalidade ou que poderão se tornar marginais - porque pobres - que devem ser exterminados. A modernidade exige cidades limpas, assépticas, onde a miséria - já que não pode ser mais escondida e/ou administrada - deve ser eliminada. Eliminação não pela sua superação - através de programas e projetos sociais emergenciais - mas pelo extermínio daqueles que a expõem incomodando os “olhos, ouvidos e narizes” das classes mais abastadas.

Em cima de tais subjetividades, de formas de pensar, sentir, perceber e agir¹³ apoiam-se e aplaudem-se os extermínios, as chacinas, os linchamentos e institui-se officiosamente a pena de morte para as parcelas mais empobrecidas de nossa população com a aquiescência das elites e das classes médias.

Estas formas de existir e viver no mundo são construções competentes advindas de diferentes equipamentos sociais. Dentre estes, gostaria de chamar a atenção para a mídia, pelo poder que hoje possui, numa sociedade globalizada como a nossa.

As diferentes faces da violência presentes nos centros urbanos são interpretadas por muitos como se originando, principalmente, das favelas e periferias. Tais visões têm sido competentemente produzidas e fortalecidas também pelos meios de comunicação de massa que, cotidianamente, apontam serem esses locais - onde predominam a fome e a miséria - os espaços da desordem, do crime, da marginalidade, da bandidagem. Esses locais devem ser evitados, e mesmo isolados, porque perigosos.

Um dos mais eficazes aparelhos, hoje responsável pela forma como interpretamos e concebemos o mundo, é a mídia.

No Brasil após o golpe militar de 1964 e, principalmente, nos anos 70 - período mais duro de arbítrio e terror - verificou-se um notável fomento nos meios de comunicação. Principalmente, o desenvolvimento das telecomunicações - exigência clara nos planos para se aperfeiçoar e expandir a tão decantada Defesa Nacional - permitiu que de norte a sul, programas pudessem ser vistos e ouvidos pelos mais diferentes segmentos de nossa sociedade. Esses meios de comunicação são extremamente centralizados e controlados por uns poucos. Muniz Sodré afirma que a imprensa escrita e a radiodifusão são setores extremamente familiares, pois apenas “(...) nove clãs controlam mais de 90% de toda a comunicação social brasileira”¹⁴. Seria importante levantar de quanto têm sido os gastos com publicidade feitos pelos governos federal, estaduais e municipais e os gastos em educação e saúde públicas. Sem dúvida, não estaríamos muito distante dos países ricos que hoje gastam duas vezes mais com publicidade do que com educação pública¹⁵.

A mídia hoje, através de formas espetaculares e dramáticas, produz as “identidades”, as simpatias e antipatias, os prós e os contras. Trabalha-se unicamente com dois valores: o bom e o

mal e, na medida em que isto prevalece, fica-se privado do “discurso matizado e argumentativo”. Ou seja, empobrecendo os acontecimentos, anulam-se as multiplicidades e diferenças e, impõe-se uma forma maniqueísta e dicotômica de pensar, sentir e agir.

Assim, pela produção e circulação de signos, imagens, subjetividades e “pelo recalçamento de certas realidades”, os meios de comunicação de massa “simulam padrões consensuais de conduta”, produzindo existências, vidas, bandidos e mocinhos, heróis e vilões, sadios e enfermos, os acima de qualquer suspeita e os suspeitos, perigosos e infames. “*Aqueles que são considerados suspeitos, quando não estão tomando conta dos nossos filhos, limpando nossas casas, entrando pelo elevador de serviço*”¹⁶. Ou seja, somos levados a desprezar, a estigmatizar, a discriminar os pobres, como se estas pessoas “não fossem gente”. Em entrevista ao Jornal do Brasil, o psicanalista Jurandir Freire Costa informa que “*jovens dos subúrbios do Rio, na estação de Deodoro, jogam pedras nos passageiros dos trens de Japeri e Santa Cruz, debaixo de urros e xingamentos mútuos de ‘sem-terra, sem-terra!’*”. O que para esses jovens de classe média baixa e para os passageiros desses trens - trabalhadores majoritariamente - significa “sem-terra”? Um palavrão, um xingamento, pessoas pobres que, em realidade, são percebidas como um nada, um zero à esquerda. É o que J. F. Costa chama de “*nadificação do outro*”, de “*perda do sentido da realidade humana do outro*”, pois “*vive-se numa sociedade que faz de tudo para que o ‘valor da vida’ seja visto como uma ‘idiotice histórica’, pois não tem cotação na bolsa nem competitividade no mercado internacional*”¹⁷. Não é por acaso que em vez de “cidadão”, a palavra mais frequentemente utilizada hoje seja “consumidor”. As políticas neo-liberais produzem a confusão e nós também - via produção midiática, dentre outras - entre “direitos do cidadão” e “direitos do consumidor”. Ou seja, cidadão passa a ser sinônimo de consumidor, o que mostra que só tem valor aquele que consome; os milhões de excluídos e miseráveis não são cidadãos pois, por não consumirem, valem menos que nós.

*“(Segundo os padrões dominantes), consumindo, o indivíduo se situa num tempo em que as esferas e os espaços públicos estão enquadrados pelos meios de comunicação e pela linguagem publicitária, o homem se contextualiza pelo consumo(...). Agora, na era da globalização, podemos dizer que a categoria de cidadão foi englobada pela categoria de consumidor(...) (pois) é exercendo sua condição de consumidor que o homem se reconhece cidadão”*¹⁸.

Diante da crescente violência urbana que nos lembra, muitas vezes, a barbárie, a produção do medo e da insegurança se faz sentir cada vez mais fortemente. Diante da fome, do desemprego, dos esgotos a céu aberto, da ocupação de ruas e viadutos por famílias cada vez mais numerosas, do analfabetismo, da prostituição infantil, de crianças que nos provocam terror, o medo e a insegurança passam a ser “uma forma de interpretar o mundo”. É com esses sentimentos que passamos a perceber o que nos cerca e nos agride os “olhos, ouvidos e narizes”. A linguagem, as atitudes, comportamentos e sentimentos violentos nos envolvem cotidianamente. Vivemos numa cultura do medo, da insegurança, da paranóia, enfim; e esta atmosfera domina a todos.

Como se pudéssemos evitar e ignorar esta brutal realidade nos fechamos em nossas ruas particulares, condomínios, casas, apartamentos e imaginamos que não há fome, miséria, indigência, marginalizados. Entramos rapidamente na “política da indiferença” e voltamo-nos para dentro de nós mesmos e de nossa família. O mundo, seus problemas não nos dizem respeito.

Esta “indiferença”, um dos efeitos do medo e da insegurança, faz com que aplaudamos os “exterminadores” e todos aqueles que se ocupam da “limpeza social” necessária às nossas cidades. Tornamo-nos cúmplices pela nossa omissão e pela “lei do silêncio” que ajudamos a construir/fortalecer.

O antigo slogan “violência gera violência” pode ser substituído por “violência gera medo e medo gera violência”. Como sair desta?

V-Como Nossas Práticas Produzem Efeitos no Mundo.

“(...) a resposta ao problema da criminalidade e do medo só poderá ser efetiva, e não ilusória, se os cidadãos deixarem de ser “espectadores” dos meios de comunicação e da política como espetáculo para serem “atores” (...)”¹⁹.

Se como tenho afirmado, o medo e a insegurança são, principalmente, produções histórico-sociais e não “dados naturais”, se são socialmente construídos, poderemos transformá-los? Se o medo e a insegurança estão relacionados aos estereótipos e rótulos forjados em cima daqueles que são “diferentes” - leia-se, hoje, os miseráveis - e fortemente sustentados, também, pelos meios de comunicação de massa, é possível mudar esta situação? Se o medo e a insegurança produzem como efeito uma demanda social que clama por mais segurança e por um maior “endurecimento” para com aqueles que são percebidos como a origem dos males e da violência, é possível a produção de outras demandas sociais?

Tais questões e muitas outras ligadas ao tema medo e insegurança, talvez possam ser melhor pensadas se retomarmos ao início deste trabalho. Se os objetos que estão no mundo, nossos sentimentos, percepções e ações são, principalmente, construídos no registro do social pelas práticas dos homens, poderemos com outras práticas produzir outros objetos, outros mundos, outros sentimentos. Isto nos alerta para o que M. Foucault brilhantemente assinalou: nossas ações no mundo não são neutras; elas produzem efeitos poderosíssimos.

São possíveis, portanto, ações que junto a programas sociais emergenciais e necessários - que pensem uma melhor distribuição de riquezas, uma melhor organização dos serviços públicos e do trabalho, dentre outros aspectos - estejam também produzindo novos “rostos”, novas “fisionomias” para os considerados “diferentes”. Que ao lado de políticas públicas que - apesar dos desmontes atuais dos serviços públicos - priorizem os marginalizados e miseráveis, possam estar presentes outras produções, outras formas de percepções, outros sentimentos com relação a esta enorme parcela de nossa população que vive na indigência. Sabemos que é possível, bastam duas condições: a primeira seria a vontade política e um efetivo compromisso dos governantes para com aqueles que vivem na miséria; a segunda, a clareza de que, ao lado desses programas sociais, é fundamental a produção não somente de outras formas de se viver neste mundo, mas de se forjar outras e novas percepções, sentimentos, pensamentos sobre todos aqueles considerados como “diferentes”²⁰.

É possível, por exemplo, a polícia - braço estatal que historicamente esteve e tem estado ao lado dos poderosos - ter este tipo de atuação? Creio que sim, desde que existam as duas condições citadas: efetivo compromisso do governo no sentido de se voltar para as parcelas mais empobrecidas de nossa população e daqueles que diretamente trabalham com esses segmentos, no sentido de perceber o quanto todos nós somos fabricados para agir com esta população como se “não fosse gente”. Se em nossas práticas cotidianas pudermos estar produzindo em nós e nos outros outras concepções sobre “o pobre”, estaremos, sem dúvida, desconstruindo esses estereótipos, esses preconceitos que são produzidos sobre todos nós. Estaremos apontando que o medo e a insegurança podem ser vencidos e mudados, pois não são dados naturais.

Utopia? Talvez, mas entendo que, com nossas práticas cotidianas podemos produzir outras percepções de mundo mesmo que lentamente, microscopicamente, localmente.

Bibliografia Utilizada

- BARATTA, Antônio - "Filósofo de Uma Criminalidade Crítica" in *Mídia & Violência* - Rio de Janeiro, FAPERJ, 1994 13-24.
- BARROS, Regina D. Benevides - *Grupo: a afirmação de um simulacro* - São Paulo, Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, PUC, 1994.
- BUCCI, Eugênio - "Sociedade de Consumo (ou o Consumo de Preconceitos)" in *O Preconceito* - São Paulo, Secretaria de Justiça e da Cidadania, 1996/97, 33-55.
- COIMBRA, Cecília M. Bouças - *Guardiães da Ordem: uma viagem pelas práticas psi" no Brasil do "Milagre"* - Rio de Janeiro, Oficina do Autor, 1985.
- _____ - "Psicologia e Terror" in *Teoria & Debate* - São Paulo, Partido dos Trabalhadores, ano 8, número 3, nov.dez/95 jan/96, 53-63.
- _____ - *Discursos Sobre Segurança Pública e Produção de Subjetividade: violência urbana e alguns de seus efeitos* - Projeto de Pós-Doutorado, São Paulo, Núcleo de Estudos da Violência da USP, 1997.
- COSTA, Jurandir Freire - "Somos Todos Responsáveis" in *Jornal do Brasil* - 27/04/97.
- ELIAS, Norbert - *O Processo Civilizador* - Rio de Janeiro, Zahar, 1989.
- FOUCAULT, Michel - *Vigiar e Punir* - Rio de Janeiro, Graal, 1988.
- _____ - *Microfísica do Poder* - Rio de Janeiro, Graal, 1988.
- _____ - *A Verdade e as Formas Jurídicas* - Rio de Janeiro, Cadernos da PUC, número 16, junho/1994.
- GUATTARI, Félix - *As Três Ecologias* - São Paulo, Papirus, 1990.
- _____ e ROLNIK, Sueli - *Micropolítica: cartografias do desejo* - Rio de Janeiro, Vozes, 1986.
- LANCETTI, Antonio. - *Assistência Social e Cidadania* - São Paulo, Hucitec, 1996.
- REZENDE, Juliana - *Operação Rio: relatos de uma guerra brasileira* - São Paulo, Scritta, 1995.
- SENNETT, Richard - *O Declínio do Homem político* - São Paulo, Cia das Letras, 1988.
- SODRÉ, Muniz - *O Social Irrradiado: violência urbana, neogrotesco e mídia* - São Paulo, Cortez, 1992.
- TOSCANI - entrevista ao caderno "Mais" Folha de São Paulo, - 05/11/94.

VELHO, Gilberto - Individualismo e Cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea - rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1987.

VEYNE, Paul - "Foucault Revoluciona a História" in Como Se Escreve a História - Brasília, Cadernos da UNB, 1982.

* Parte deste item referente aos anos 70 no Brasil, apresenta algumas questões contidas no livro da autora Guardiães da Ordem: uma viagem pelas práticas "psi" no Brasil do "milagre"- RJ, Oficina do Autor, 1995, que é uma síntese de sua Tese de Doutorado.

**Psicóloga, Professora Adjunta da Universidade Federal Fluminense, Pós-Doutora no Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, Presidente do grupo Tortura Nunca Mais/RJ e Coordenadora da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia.

*** Este item trata de muitos aspectos apresentados no Projeto de Pesquisa de Pós-Doutorado da autora, intitulado "Discursos Sobre Segurança Pública e Produção de Subjetividade: violência urbana e alguns de seus efeitos" que foi desenvolvido no Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, em 1998.

1 Sobre o assunto consultar algumas obras de Foucault, M. e VEYNE, P. - "Foucault Revoluciona a História" in Como Se Escreve A História – Cadernos da Universidade de Brasília, 1982.

2 Ver, em especial, Elias, N. in O Processo Civilizatório, RJ, Jorge Zahar.

3 ELIAS, N. - op. cit., pp.18 e 19.

4 Expressão utilizada por Sennett, R. in O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade - SP, Cia das Letras, 1988.

5 BARROS, R.D.B. - Grupo: a afirmação de um simulacro - Tese de Doutorado, PUC/SP, 1994.

6 Consultar sobre o assunto, por exemplo, FOUCAULT, M. - Vigiar e Punir - RJ, Graal, 1988.

7 SENNETT, R. - op. cit. - p. 30.

8 SENNETT, R. - op. cit., p. 325.

9 Citado inicialmente em VELHO, G. - Individualismo e Cultura: notas para uma antropologia da Sociedade Contemporânea - RJ, Jorge Zahar, 1987.

10 Sobre o assunto consultar o capítulo "Um Adendo às Práticas Psicanalíticas: a família e a subversão", contido no livro já citado da autora que fala sobre a pesquisa feita entre presos políticos, em 1970, denominada "Perfil Psicológico do Terrorista Brasileiro".

11 VELHO, G. - op. cit., p. 74.

12 Ver, por exemplo, as declarações do atual Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, General Nilton Cerqueira.

13 F. Guattari chama essas formas de pensar, perceber, sentir e agir no mundo de produções de subjetividades. Formas produzidas historicamente e não fazendo parte da essência do homem. In GUATTARI, F. e ROLNIK, S. - Micropolítica: cartografias do desejo - RJ, Vozes, 1986.

- 14 SODRÉ, M. - O Social Irrradiado: violência urbana, neogrotesco e mídia - SP, Cortez, 1992, p. 7.
- 15 Citado pelo fotógrafo Toscani em entrevista ao "Caderno Mais!", Folha de São Paulo, 05/11/94.
- 16 RESENDE, J. - Operação Rio: relatos de uma guerra brasileira - SP, Scritta. 1995, p.13.
- 17 COSTA, J. F. - Entrevista "Somos Todos Responsáveis" - JB, 27/04/97, p.12.
- 18 BUCCI, E. - "Sociedade de Consumo (ou O Consumo de Preconceitos)" in O Preconceito - SP, Secretaria da Justiça e da regra da Cidadania, 1996/97. 33-55, pp.45, 46.
- 19 BARATTA, A. - "Filósofo de Uma Criminalidade Crítica" in Mídia & Violência - FAPERJ, 1994, 13-24, p.18.
- 20 Consultar, por exemplo, LANCETTI, A. - Assistência Social e Cidadania - SP, Hucitec, 1996, onde são narradas as invenções, tensões e construções da experiência de Santos", ligadas à Secretaria de Ação Comunitária da Prefeitura de Santos , no período de 1993 a 1996.